
***BMW Financeira S.A. –
Crédito, Financiamento e
Investimento –
Conglomerado Prudencial***

***Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial".

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Notas 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento – Conglomerado Prudencial

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial", que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 31 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento – Conglomerado Prudencial

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento – Conglomerado Prudencial

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da BMW Financeira S.A. – CFI submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
- BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil
- BMW Acquisitions Ltda.

Ativos Totais

Os ativos totais atingiram, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 2.421.869 mil (R\$ 2.329.761 mil em 31 de dezembro de 2020).

Operações de Crédito

A BMW Financeira S.A. - CFI desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Operações de Crédito atingiu o montante de R\$ 2.159.526 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.988.431 mil em 31 de dezembro de 2020).

A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito atingiu o montante de R\$ 35.499 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 40.867 mil em 31 de dezembro de 2020).

Operações de Arrendamento Mercantil

A BMW Leasing do Brasil S.A. - AM desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito de forma a garantir que as provisões sejam estabelecidas de forma adequada ao grau de risco dos clientes. Além disso, monitora de forma recorrente, os valores de garantias contratuais e o comportamento dos contratos em carteira.

A carteira de Arrendamento Mercantil atingiu o montante de R\$ 69 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 195 mil em 31 de dezembro de 2020).

A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito em Operações de Arrendamento Mercantil atingiu o montante de R\$ 2 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2 mil em 31 de dezembro de 2020).

Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido total atingiu, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 484.248 mil (R\$ 449.926 mil em 31 de dezembro de 2020).

O conglomerado prudencial da BMW Financeira S.A. – CFI encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2021 com lucro de R\$ 84.755 mil (R\$ 39.547 mil em 31 de dezembro de 2020).

Remuneração dos Acionistas

Aos acionistas da BMW Financeira S.A. - CFI e da BMW Leasing do Brasil S.A. - AM está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do semestre, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pela BMW Financeira S.A. – CFI.

Aos acionistas da BMW Acquisitions Ltda., a Instituição poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

A Administração

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	Dec-21	Dec-20	PASSIVO	Notas	Dec-21	Dec-20
CIRCULANTE		1.322.760	1.316.675	CIRCULANTE		1.209.125	1.252.785
Disponibilidades	Nota 4	26.135	24.554	Depósitos		107.519	98.506
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Nota 4	114.614	66.597	Depósitos interfinanceiros	Nota 8	57.867	72.836
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		51.184	172.351	Depósitos a prazo	Nota 8	49.652	25.670
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 5	51.184	172.351	Obrigações por empréstimos		1.035.220	1.084.983
Operações de crédito		1.076.076	1.011.018	Empréstimos no exterior	Nota 9	1.035.220	1.084.983
Financiamentos - setor privado	Nota 6	1.095.123	1.031.095	Instrumentos financeiros derivativos		12.272	9.323
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Nota 6	(19.047)	(20.977)	Instrumentos financeiros derivativos	Nota 5	12.272	9.323
Operações de arrendamento mercantil		22	102	Outras obrigações		54.114	59.973
Arrendamentos a receber - Setor privado	Nota 7	23	103	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	Nota 16 - I	1.202	-
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	Nota 7	(1)	(1)	Sociais e estatutárias	Nota 16 - I	805	376
Outros créditos		54.729	42.053	Fiscais e previdenciárias	Nota 16 - I	36.291	34.301
Diversos	Nota 16 - H	54.729	42.053	Diversas	Nota 16 - I	15.816	25.296
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.097.638	1.012.274	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		717.868	619.077
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		12.289	29.083	Depósitos		-	61.369
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 5	12.289	29.083	Depósitos interfinanceiros	Nota 8	-	53.281
Operações de crédito		1.047.951	936.546	Depósitos a prazo	Nota 8	-	8.088
Financiamentos - setor privado	Nota 6	1.064.493	956.436	Obrigações por empréstimos		678.200	543.470
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Nota 6	(16.452)	(19.890)	Empréstimos no exterior	Nota 9	678.200	543.470
Operações de arrendamento mercantil		45	91	Instrumentos financeiros derivativos		13.182	4.689
Arrendamentos a receber - Setor privado	Nota 7	46	92	Instrumentos financeiros derivativos	Nota 5	13.182	4.689
(-) Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	Nota 7	(1)	(1)	Outras obrigações		26.486	9.549
Outros créditos		37.353	46.554	Provisão para imposto de renda diferido	Nota 16 - I	16.713	101
Crédito tributário		35.605	44.875	Provisão para passivos contingentes	Nota 13	9.018	8.995
Diversos	Nota 16 - H	1.748	1.679	Diversas	Nota 16 - I	755	453
PERMANENTE		1.471	812	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		10.628	7.973
Imobilizado de uso		512	554	Resultados de exercícios futuros	Nota 10	10.628	7.973
Outras imobilizações de uso		2.506	2.371	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		484.248	449.926
Depreciações acumuladas		(1.994)	(1.817)	Capital social		204.296	204.296
Intangível		959	258	De domiciliados no Exterior	Nota 11	204.296	204.296
Ativos intangíveis e amortizações acumuladas		959	258	Reserva de lucros		227.558	193.983
				Reserva legal	Nota 11	15.262	11.062
				Reservas especiais de lucros	Nota 11	212.296	182.921
				Participação de não controladores		52.394	51.647
				Participação de não controladores	Nota 11	52.394	51.647
TOTAL DO ATIVO		2.421.869	2.329.761	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.421.869	2.329.761

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - CONSOLIDADO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2021	2021	2020
		2o Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		231.536	255.038	681.735
Operações de crédito	Nota 6 - E	145.825	266.203	244.785
Operações de arrendamento mercantil		111	126	30
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		3.784	4.827	1.791
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Nota 5 - B	81.816	(16.118)	435.129
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(111.806)	(23.218)	(535.094)
Operações de captação no mercado	Nota 8 - D	(4.849)	(9.570)	(14.301)
Operações de empréstimos e repasses	Nota 9	(104.483)	(5.721)	(500.567)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Nota 6 - C	(2.474)	(7.927)	(20.226)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		119.730	231.820	146.641
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(47.069)	(86.374)	(80.140)
Rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias	Nota 16 - J	4.800	8.883	9.893
Despesas de pessoal		(8.762)	(18.684)	(18.696)
Outras despesas administrativas	Nota 16 - K	(14.681)	(24.885)	(25.403)
Despesas tributárias	Nota 16 - L	(3.331)	(6.173)	(5.411)
Outras receitas operacionais	Nota 16 - M	2.018	3.012	4.143
Outras despesas operacionais	Nota 16 - N	(27.113)	(48.527)	(44.666)
RESULTADO OPERACIONAL		72.661	145.446	66.501
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	(2)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		72.661	145.444	66.501
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(31.144)	(60.689)	(26.954)
Provisão para imposto de renda	Nota 12	(9.697)	(20.528)	(20.378)
Provisão para contribuição social	Nota 12	(7.858)	(14.278)	(12.379)
Ativo/Passivo fiscal diferido	Nota 12	(13.589)	(25.883)	5.803
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		41.517	84.755	39.547
Resultado atribuído para o controlador:		41.043	84.008	38.425
Resultado atribuído para o não controlador		474	747	1.122
LUCRO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO - EM R\$		0,279	0,570	0,266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - CONSOLIDADO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	2021	2021	2020
		2º Semestre	Exercício	Exercício
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		41.517	84.755	39.547
Outros resultados abrangentes		-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE		41.517	84.755	39.547

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros acumulados	Reservas de Lucros	
		Reserva legal	Reservas especiais de lucros		Participação de Não Controladores	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	204.296	9.140	146.435	-	50.516	410.387
Lucro líquido do exercício	-	-	-	38.425	1.131	39.556
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	1.922	-	(1.922)	-	-
Dividendos	-	-	-	(365)	-	(365)
Reservas especiais de lucros	-	-	36.138	(36.138)	-	-
Reversão de dividendos provisionados (Nota 11 B)	-	-	348	-	-	348
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	204.296	11.062	182.921	-	51.647	449.926
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	1.922	36.486	-	1.131	39.539
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	204.296	11.062	182.921	-	51.647	449.926
Lucro líquido do exercício	-	-	-	84.008	747	84.755
Dividendos pagos (Nota 11 A)	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	4.200	-	(4.200)	-	-
Dividendos	-	-	-	(798)	-	(798)
Reservas especiais de lucros	-	-	79.010	(79.010)	-	-
Reversão de dividendos provisionados (Nota 11 B)	-	-	365	-	-	365
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	204.296	15.262	212.296	-	52.394	484.248
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	4.200	29.375	-	747	34.322
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	204.296	13.210	182.921	40.817	51.919	493.163
Lucro líquido do semestre	-	-	-	41.043	474	41.517
Dividendos pagos (Nota 11 A)	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	2.052	-	(2.052)	-	-
Dividendos	-	-	-	(798)	-	(798)
Reservas especiais de lucros	-	-	79.010	(79.010)	-	-
Reversão de dividendos provisionados (Nota 11 B)	-	-	365	-	-	365
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	204.296	15.262	212.296	-	52.393	484.247
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	2.052	29.375	(40.817)	474	(8.916)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencia

BMW FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	2021	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercício	41.517	84.755	39.547
Ajustes ao lucro líquido	120.579	39.810	517.170
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.472	7.925	20.227
Impostos diferidos	13.589	25.883	(5.803)
Depreciações e amortizações	134	258	205
Variação cambial de empréstimos no exterior	104.482	5.721	500.569
Provisão para passivos contingentes e outras provisões	(98)	23	1.972
Variações Patrimoniais	(117.896)	(24.051)	(543.149)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(64.093)	149.403	(217.367)
(Aumento) Redução em operações de créditos	(17.539)	(184.391)	(127.216)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	356	300	22
(Aumento) Redução em outros créditos	(37.101)	(29.355)	6.719
(Aumento) Redução em outros valores e bens	579	-	-
Aumento (Redução) em depósitos	(127.206)	(52.357)	73.110
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	99.880	79.246	(271.875)
Aumento (Redução) em outras obrigações	27.163	10.448	3.652
Aumento (Redução) em resultado de exercícios futuros	65	2.655	(10.194)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	44.200	100.514	13.568
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado de uso	(139)	(136)	(235)
Intangível	(777)	(780)	(109)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimentos	(916)	(916)	(344)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	(50.000)	(50.000)	-
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamentos	(50.000)	(50.000)	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.716)	49.598	13.224
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	147.465	91.151	77.927
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	140.749	140.749	91.151
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.716)	49.598	13.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas - Conglomerado Prudencial

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS –
CONGLOMERADO PRUDENCIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2021 e 2020
(Em milhares de reais – exceto quando indicado)**

1 Contexto operacional

A BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, “Instituição”, tem por objetivo principal atender aos clientes na realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e “Floorplan”.

“Floorplan” é um produto financeiro de curto prazo que tem como objetivo o financiamento de estoque de veículos da rede de concessionárias BMW fornecido pela BMW do Brasil Ltda e BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazonia Ltda.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, “Sociedade”, concentra suas atividades no arrendamento mercantil de consumidores finais de veículos e motos, na modalidade de Leasing Financeiro.

A BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil é controlada pela BMW Acquisitions Ltda., que detém, 99,99% de suas ações ordinárias nominativas.

A BMW Acquisitions Ltda. tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

As operações das empresas são conduzidas no contexto de um Conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro nacional. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos relativos à estrutura operacional e administrativa comuns são absorvidos em conjunto ou individualmente.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo BMW, inclusive a BMW do Brasil Ltda e BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazonia Ltda, as quais atuam de forma integrada no mercado. As demonstrações financeiras consolidadas – conglomerado prudencial – devem ser analisadas nesse contexto.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução CMN nº 4.280/2013 determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial compreendem a consolidação e/ou combinação das seguintes entidades:

- BMW Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento
- BMW Leasing do Brasil S.A. – Arrendamento Mercantil
- BMW Acquisitions Ltda.

As demonstrações contábeis consolidadas – conglomerado prudencial foram aprovadas para emissão pela diretoria em 31 de março de 2022.

3 Principais políticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e prazo inferior a 90 dias.

c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição somente realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“hedge”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- i. Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “hedge”, tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- ii. Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria têm seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

e) Hedge

No momento da designação inicial do hedge, a Instituição formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais. A Instituição faz uma avaliação, tanto no início do

relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto e hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80% a 125%.

O item objeto de hedge também é ajustado a mercado produzindo efeitos em despesas com empréstimos e repasses, quando o ajuste for negativo ou, outras receitas operacionais em caso de inversão de saldo.

f) Operações de arrendamento

As operações de arrendamento a receber são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e são apropriadas a rendas efetivas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento mercantil foi calculado em conformidade com os critérios do Banco Central do Brasil (BACEN), com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno dos contratos, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado, quando aplicável.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao risco das operações, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador de crédito e, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda provável.

As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A reclassificação de operações para categoria de menor risco é admitida quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança de nível de risco.

Para os créditos com atraso igual ou superior a 60 (sessenta) dias, é vedado o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza assim como disposto na Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 9º.

Conforme disposto na Resolução nº 4.803 de 9 de abril de 2020, que entrou em vigor a partir de sua data de publicação, permite que as operações renegociadas no período de 1º de março a 30 de setembro de 2020 sejam reclassificadas para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, exceto para operações que em 29 de fevereiro de 2020 apresentavam atraso igual ou superior a quinze dias no pagamento de parcela de principal ou encargos e operações que apresentem evidências de que não serão honradas nas novas condições.

h) Imobilizado de uso e intangível

Até dezembro de 2016, o imobilizado foi registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acréscimo de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Instituição espera utilizar o ativo.

i) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores captados, conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos.

j) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependendo apenas da fluência do prazo.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é computado à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240, ou seja, R\$ 120 no semestre e, a contribuição social à alíquota de 15%, considerando para fins de apuração das bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Os valores registrados no ativo, na rubrica “Outros créditos - créditos tributários”, foram constituídos sobre diferenças temporárias (Vide nota explicativa nº 11).

Os ativos e passivos fiscais diferidos foram constituídos à alíquota de 25% e 15% para provisão para devedores duvidosos, marcação a mercado em operações com derivativos (SWAP) e outras provisões operacionais, estando registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/02, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06.

Em 01/03/2021 foi editada a Medida Provisória (MP) nº 1.034 aumentando a alíquota da Contribuição Social das Instituições Financeiras e outras entidades de 15% para 20%. Em 14/07/2021 a referida MP foi convertida na Lei 14.183 passando a produzir seus efeitos até 31/12/2021, devendo a partir de 01/01/2022 a alíquota retornar a 15%.

l) Contingências

Para a constituição de provisão para passivos contingentes, adota-se critério de classificação das contingências em remotas, possíveis e prováveis, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

A possibilidade de ocorrência de perda é calculada por avaliação jurídica e a constituição se dá pelo valor das contingências classificadas como prováveis e/ou obrigações legais, dispensando o provisionamento das contingências classificadas como possíveis e remotas. As contingências classificadas como possíveis são apresentadas em nota explicativa conforme requisitado pela norma.

m) Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas dos balanços.

n) Mensuração ao valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos financeiros significativos dada a sua adoção.

i. Hierarquia de valor justo:

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. Neste nível estão derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: Instrumentos financeiros em que o valor justo é calculado com o uso de modelos reconhecidos que utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, utilizando-se técnicas de avaliação em que as variáveis utilizadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo índices e moedas.

Nível 3: Instrumentos financeiros em que o valor justo é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação, que utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis e/ou não observáveis.

o) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, assim como sua efetiva realização, a avaliação das contingências e obrigações, apuração das respectivas provisões e a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos. A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas.

p) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A instituição estabelece através de política interna os critérios considerados na determinação do resultado não recorrente como sendo a receita ou despesa que não tem relação direta com o resultado das operações da Instituição e que não tendem a se repetir no futuro e receitas ou despesas inesperadas e que não ocorreram em exercícios anteriores ou que não se espera que ocorram nos próximos exercícios. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi identificado itens classificados como itens não recorrentes.

q) Efeitos da Pandemia (COVID-19):

Os efeitos da pandemia têm sido constantemente monitorados pela Instituição, e isso propiciou ações rápidas em respostas ao enfrentamento da crise pela Instituição, seja para a segurança de seus colaboradores, seja atendendo aos interesses de seus clientes e manutenção dos resultados. Para manutenção das atividades operacionais, a instituição atende às recomendações dos órgãos de saúde de forma responsável. Passou a adotar de forma integral o trabalho remoto,

acompanhamento por profissionais de saúde para seus colaboradores, monitoramento dos casos com sintomas de Covid-19 e comunicação sobre as medidas de prevenção.

Para seus clientes, concessionárias e finais, foram concedidos através de renegociações, extensão de prazos das operações de crédito, que não impactaram em deterioração da carteira, considerando as medidas adotadas pelo CMN e BACEN.

Houve uma capacidade de adaptação rápida pela instituição, face ao cenário de crise, com isso foi possível identificar oportunidades neste período, priorizando clientes e rentabilidade. Assim é possível verificar através das demonstrações financeiras e notas explicativas, um aumento na carteira de operações de crédito, conseqüente aumento em rendas e provisão.

Há ainda impactos futuros relacionados à pandemia, os quais devido ao grau de incerteza quanto à sua extensão, não podem ser mensurados com precisão neste momento e, portanto, continuarão a ser monitorados pela Administração.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as disponibilidades estão compostas como segue:

	2021	2020
Disponibilidades	26.135	24.554
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i) - Não ligadas	114.614	66.597
Total	140.749	91.151

(i) Operações aplicadas no método "overnight".

5 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos passivos próprios encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações de instrumentos similares e/ou dos parâmetros de índices e moedas obtidos divulgadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A estratégia de hedge da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02.

A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, bem como os testes de efetividade, estão documentados e confirmam que os derivativos são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior.

Em 31 de dezembro de 2021, a Instituição tinha apenas operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira. Tais operações foram designadas como hedge contábil de risco de mercado e foram realizadas no mercado de balcão, com instituições financeiras não ligadas e estão classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo.

a) Avaliação a valor de mercado:

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap, designadas instrumentos de hedge, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02.

31 de dezembro de 2021					
Diferencial a receber/(pagar)					
	Valor nominal	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Receita (Despesa)
Ativo					
EUR X PRÉ	998.260	1.021.312	1.050.776	63.473	389.602
Total do ativo	998.260	1.021.312	1.050.776	63.473	389.602
Passivo					
EUR X PRÉ	677.688	695.720	662.643	(25.454)	(405.720)
Total do passivo	677.688	695.720	662.643	(25.454)	(405.720)
TOTAL	1.675.948	1.717.032	1.713.419	38.019	(16.118)

31 de dezembro de 2020					
Diferencial a receber/(pagar)					
	Valor nominal	Custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	Receita (Despesa)
Ativo					
EUR X PRÉ	958.466	976.148	1.188.231	201.434	589.628
Total do ativo	958.466	976.148	1.188.231	201.434	589.628
Passivo					
EUR X PRÉ	447.817	450.911	440.222	(14.012)	(154.499)
Total do passivo	447.187	450.911	440.222	(14.012)	(154.499)
TOTAL	1.406.283	1.427.059	1.628.453	187.422	435.129

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento:

31 de dezembro de 2021			
Faixa de vencimento	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total
Até 03 meses	18.165	(5.999)	12.166
De 03 a 12 meses	33.019	(6.273)	26.746
De 01 a 03 anos	12.289	(13.182)	(893)
Total	63.473	(25.454)	38.019

31 de dezembro de 2020			
Faixa de vencimento	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Total
Até 03 meses	55.977	(1.781)	54.196
De 03 a 12 meses	116.374	(7.542)	108.832
De 01 a 03 anos	29.083	(4.689)	24.394
Total	201.434	(14.012)	187.422

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	2º semestre 2021	2021	2020
Rendas com operações de SWAP	228.265	389.602	589.628
Despesas com operações de SWAP	(146.449)	(405.720)	(154.499)
Total	81.816	(16.118)	435.129

6 Operações de crédito

A Resolução CMN nº 2.682/99 introduziu critérios de classificação das operações de crédito e arrendamento mercantil, e regras para constituição de provisão de créditos de liquidação duvidosa (provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito).

A classificação das operações deve ser amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração, pontualidade e atrasos nos pagamentos.

a) Composição da carteira de crédito por segmento econômico e nível de risco:

31 de dezembro de 2021

Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	6.620	1.573	22.057	29.074	59.324	0,00%	-
A	80.474	71.838	191.042	685.987	1.029.341	0,50%	5.147
B	61.839	178.552	105.285	442.797	788.473	1,00%	7.885
C	10.333	68.224	29.363	136.262	244.182	3,00%	7.324
D	386	-	995	6.257	7.638	10,00%	764
E	1.124	189	4.006	15.802	21.121	30,00%	6.336
F	25	-	437	1.512	1.974	50,00%	987
G	-	-	627	764	1.391	70,00%	974
H	694	43	699	4.646	6.082	100,00%	6.082
Total	161.495	320.419	354.511	1.323.101	2.159.526		35.499

31 de dezembro de 2020

Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
AA	44	123	896	17.937	19.000	0,00%	-
A	57.604	57.984	166.746	645.111	927.445	0,50%	4.637
B	37.919	231.225	107.480	341.569	718.193	1,00%	7.182
C	5.560	55.088	17.402	179.283	257.333	3,00%	7.720
D	816	27.564	2.600	7.603	38.583	10,00%	3.858
E	912	372	2.044	8.342	11.670	30,00%	3.501
F	619	70	634	2.041	3.364	50,00%	1.682
G	47	-	589	1.216	1.852	70,00%	1.296
H	1.378	-	1.631	7.982	10.991	100,00%	10.991
Total	104.899	372.426	300.022	1.211.084	1.988.431		40.867

b) Composição da carteira de crédito por vencimento:

	31 de dezembro de 2021		
	CDC	FLOOR PLAN	TOTAL
Parcelas em curso normal:			
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	169.628	76.900	246.528
De 91 até 360 dias	633.131	210.579	843.710
Acima de 360 dias	1.064.403	-	1.064.403
Subtotal	1.867.162	287.479	2.154.641
Parcelas vencidas:			
De 15 até 180 dias	4.089	-	4.089
De 180 até 360 dias	796	-	796
Subtotal	4.885	-	4.885
Total	1.872.047	287.479	2.159.526
	31 de dezembro de 2020		
	CDC	FLOOR PLAN	TOTAL
Parcelas em curso normal:			
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	165.978	93.381	259.359
De 91 até 360 dias	508.099	256.728	764.827
Acima de 360 dias	956.436	-	956.436
Subtotal	1.630.513	350.109	1.980.622
Parcelas vencidas:			
De 15 até 180 dias	5.235	-	5.235
De 180 até 360 dias	2.574	-	2.574
Subtotal	7.809	-	7.809
Total	1.638.322	350.109	1.988.431

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

	CDC	FLOOR PLAN	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	24.427	10.635	35.062
Constituições	27.788	2.476	30.264
Reversões	(3.728)	(6.310)	(10.038)
Baixas	(14.421)	-	(14.421)
Saldo em 31/12/2020	34.066	6.801	40.867
Saldo em 31/12/2020	34.066	6.801	40.867
Constituições	14.798	2.667	17.465
Reversões	(3.942)	(5.596)	(9.538)
Baixas	(13.295)	-	(13.295)
Saldo em 31/12/2021	31.628	3.871	35.499
Saldo em 30/06/2021	31.858	6.689	38.547
Constituições	6.023	326	6.349
Reversões	(732)	(3.143)	(3.875)
Baixas	(5.522)	-	(5.522)
Saldo em 31/12/2021	31.628	3.871	35.499

	2º semestre de 2021	2021	2020
Renegociações CDC	28.750	54.544	202.069
Recuperações	3.691	7.604	5.529

d) Concentração dos maiores devedores:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
10 maiores clientes	174.349	8%	214.593	11%
50 seguintes maiores clientes	147.865	7%	169.375	9%
100 seguintes maiores clientes	73.025	3%	59.261	3%
Demais clientes	1.764.287	82%	1.545.202	78%
Total	2.159.526	100%	1.988.431	100%

e) Resultado de operações de crédito:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Rendas com operação de "CDC"	120.475	221.831	191.843
Rendas com operação de "Floorplan"	21.659	36.768	47.413
Recuperações de crédito	3.691	7.604	5.529
Total	145.825	266.203	244.785

7 Operações de arrendamento mercantil

A classificação das operações de arrendamento mercantil, bem como as regras para constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa (provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito), obedece aos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do cliente e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, o grau de endividamento, a capacidade de geração de resultados, o fluxo de caixa, a administração, a pontualidade e os atrasos nos pagamentos.

a) Composição do valor presente da carteira de arrendamento mercantil por segmento econômico e nível de risco:

31 de dezembro de 2021							
Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
A	-	-	-	8	8	0,50%	-
B	-	-	-	48	48	1,00%	1
C	-	-	-	13	13	3,00%	-
Total	-	-	-	69	69		1

31 de dezembro de 2020

Nível de risco	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoa física	Total	% Provisão	Provisão
A	-	-	-	48	48	0,50%	-
B	-	-	121	16	136	1,00%	1
D	-	-	-	10	10	10,00%	1
Total	-	-	121	74	195		2

b) Composição da carteira de arrendamento mercantil por vencimento:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Parcelas em curso normal:		
Vencidos até 14 dias e a vencer até 90 dias	8	25
De 91 dias até 360 dias	17	81
Acima de 360 dias	44	89
Subtotal	69	195
Total	69	195

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em operações de arrendamento mercantil:

Saldo em 31/12/2019	174
Constituições	1
Reversões	(1)
Baixas	(172)
Saldo em 31/12/2020	2
Saldo em 31/12/2020	2
Constituições	1
Reversões	(2)
Baixas	-
Saldo em 31/12/2021	1

	2021	2020
Baixas para prejuízo	-	(172)
Recuperações de prejuízo	172	-

Não há recuperações de prejuízo e renegociações nos exercício findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

d) Concentração dos maiores devedores:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
10 maiores clientes	69	100,00%	195	100,00%
Total	69	100,00%	195	100,00%

8 Depósitos

a) Interfinanceiros

Referem-se às captações de recursos com instituições financeiras, com vencimento até março/2022, a taxas pré-fixadas que variam entre 8,28% a 8,62% ao ano (1,88% a 8,62% ao ano com vencimento até março/2022 em 31 de dezembro de 2020).

b) À prazo

Referem-se às captações de recursos com concessionárias BMW, com a BMW do Brasil e com a BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda., com vencimento até fevereiro/2022, a taxas pós-fixadas de 97% CDI (97% do CDI com vencimento até fevereiro/2022 em 31 de dezembro de 2020).

c) Composição da carteira de depósitos:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Depósitos Interfinanceiros:		
Até 90 dias	57.867	-
De 91 até 360 dias	-	72.836
Acima de 360 dias	-	53.281
Total	57.867	126.117
Depósitos a Prazo:		
Até 90 dias	49.652	25.670
De 91 até 360 dias	-	8.088
Total	49.652	33.758
Total Depósitos	107.519	159.875

d) Despesas com captação no mercado:

	2º semestre 2021	2021	2020
Despesas de depósitos interfinanceiros	(2.359)	(6.216)	(12.668)
Despesas de depósitos a prazo	(2.490)	(3.354)	(1.633)
Total	(4.849)	(9.570)	(14.301)

9 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se às captações no exterior provenientes das entidades na Holanda – BMW Holding B.V., no total de R\$ 1.713.420 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.628.453 em 31 de dezembro de 2020), vide nota 13. As captações têm como último vencimento abril/2024, com indexadores em Euro e com taxas pré-fixadas que variam entre -0,15% a 0,47% ao ano (último vencimento em novembro/2023 e taxas pré-fixadas que variam entre -0,05% a 0,62% ao ano em 31 de dezembro de 2020). As taxas praticadas estão de acordo com a política do Grupo BMW, que utiliza ferramentas próprias de precificação com base no mercado internacional, e respeitam os preceitos exigidos para fins locais. No semestre findo em 31 de dezembro de 2021, o total do resultado com obrigações por empréstimo e repasses foi de R\$ (104.483) (R\$ (600.678) no semestre findo em 31 de dezembro de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o total do resultado com obrigações por empréstimos e repasses foi de R\$ (5.721) (R\$ (500.567)) em 31 de dezembro de 2020).

10 Resultado de exercícios futuros

É constituído pela equalização (subsídio) de taxas nas modalidades de Crédito Direto ao Consumidor – CDC e Leasing Financeiro, recebidas da BMW do Brasil e suas revendas, apropriado pelo prazo e taxa de cada contrato.

11 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias/cotas, sem valor nominal:

- a) BMW Financeira S.A.: 148.636.517
- b) BMW Leasing do Brasil S.A.: 27.079.140
- c) BMW Acquisitions Ltda.: 41.017.952

BMW Financeira S.A e BMW Leasing do Brasil S.A:

Em 14 de abril de 2021, foi efetuada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que tratou de (a) aprovar, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (b) consignar que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas; (c) reeleger a Diretoria para o presente exercício social, mantendo-se a mesma remuneração do exercício anterior, além de deliberações extraordinárias relacionadas ao departamento de ouvidoria.

A documentação foi apresentada ao Banco Central do Brasil na mesma data da realização da Assembleia e homologada em 18 de junho de 2021.

Em 10 de novembro de 2021, foi efetuada a Assembleia Geral Extraordinária, que tratou de declarar a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 50.000, conforme reservas dos lucros apurados nos exercícios anteriores a 2020. Os dividendos declarados foram pagos em 20 de dezembro de 2021.

b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, conforme Estatuto Social. A assembleia de acionistas pode, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, nos termos do art. 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76. Nesse contexto, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 14 de abril de 2021 foi deliberado que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A reversão dos dividendos será realizada após a homologação da Ata da Assembleia Geral Ordinária pelo Banco Central do Brasil.

Aos acionistas da BMW Acquisitions Ltda., a Instituição poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período, podendo eventual lucro, por deliberação dos sócios, ser distribuído aos sócios ou capitalizado.

c) Reservas

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória.

Reservas especiais de lucros

Referem-se aos lucros que deixaram de ser distribuídos aos acionistas.

De acordo com a legislação em vigor, o saldo em Reservas de Lucros, exceto para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o Capital Social.

Atingido esse limite, à Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Participação de não controladores

Refere-se a consolidação da BMW Acquisitions Ltda e sua controlada BMW Leasing S.A., para fins de preparação das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

12 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social – valores correntes e diferidos:

	Conglomerado prudencial Acumulado – 2021		Conglomerado prudencial Acumulado – 2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	145.444	145.444	66.501	66.501
Adições/(-) Exclusões permanentes:	(2.062)	(2.600)	1.308	683
Adições/(-) Exclusões temporárias:				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.925	7.925	20.057	20.057
Recuperação de créditos de liquidação duvidosa	(11.961)	(11.961)	(8.905)	(8.905)
Superveniência de depreciação	159	-	341	-
Provisões operacionais	(1.156)	(1.156)	(301)	(301)
Prejuízos em operações de crédito	-	-	172	172
Marcação a mercado – Swap e Empréstimos	(55.604)	(55.604)	2.325	2.325
Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	22	22	1.973	1.973
Base de cálculo	82.767	82.070	83.471	82.505
Compensação de prejuízo fiscal	(527)	-	(577)	-
Base de cálculo	82.240	82.070	82.894	82.505
Alíquota (IR 15%)	(12.339)	-	(12.437)	-
Adicional (IR 10%)	(8.178)	-	(8.243)	-
Alíquota (CS 15%)	-	(6.419)	-	(12.379)
Alíquota (CS 20%)	-	(7.859)	-	-
Provisão para IR diferido	40	-	85	-
Benefício PAT	131	-	302	-
Exercícios anteriores	(142)	-	-	-
Ativo/Passivo fiscal diferido	(16.203)	(9.720)	3.574	2.144
Efeito do IR e CS no resultado	(36.691)	(23.998)	(16.719)	(10.235)

b) Movimentação do ativo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2020	Adição	(-) Baixa	Saldo em 31/12/2021
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	32.497	1.128	(4.355)	29.270
Outras (contingências, provisões operacionais, MTM e empréstimos)	12.378	1.676	(7.719)	6.335
Total	44.875	2.804	(12.074)	35.605

	Saldo em 31/12/2019	Adição	(-) Baixa	Saldo em 31/12/2020
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	28.376	6.104	(1.983)	32.497
Outras (contingências, provisões operacionais, MTM e empréstimos)	10.780	7.270	(5.672)	12.378
Total	39.156	13.374	(7.655)	44.875

c) Movimentação do passivo fiscal diferido:

	Saldo em 31/12/2020	Adição	(-) Baixa	Saldo em 31/12/2021
MtM Swap e Empréstimos	-	(16.652)	-	(16.652)
Superveniência de depreciação	(101)	(34)	74	(61)
Total	(101)	(16.686)	74	(16.713)

	Saldo em 31/12/2019	Adição	(-) Baixa	Saldo em 31/12/2020
Superveniência de depreciação	(186)	(44)	129	(101)
Total	(186)	(44)	129	(101)

A Administração da Instituição referendou o estudo técnico dos créditos tributários para BMW Financeira S.A. e BMW Leasing do Brasil S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059/02 e a Resolução do CMN nº 3.355/06 do Banco Central do Brasil.

Os créditos tributários foram constituídos sobre diferenças temporárias e, com base no estudo supracitado, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários.

O valor presente dos créditos tributários, líquido do passivo diferido, constituído na data do balanço, calculado com base na taxa Selic projetada é de R\$ 33.083 (R\$ 42.913 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

2021				
Crédito Tributário e Passivo Diferido				
	Valor Nominal - Crédito Tributário	Valor Presente	Valor Nominal - Passivo Diferido	Valor Presente
Em 2022	10.552	9.516	(9.282)	(8.363)
Em 2023	8.551	7.731	(7.623)	(6.894)
4	4.045	3.660	192	174
Em 2025	2.877	2.601	-	-
Em 2026	9.580	9.575	-	-
Total	35.605	33.083	(16.713)	(15.083)

13 Passivos contingentes

Os passivos contingentes são registrados nos livros contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, forem considerados riscos de perda de uma ação judicial ou administrativa, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança

a) Depósitos judiciais:

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes e estão representados da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
	Consolidado	Consolidado
Interposição de recursos trabalhistas	491	708
Interposição de recursos fiscais	409	409
Outros	309	107
Total	1.209	1.224

b) Contingências cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório, medidas cautelares, ações de obrigação de fazer, declaratórias ou revisional de cláusulas contratuais, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

c) Contingências trabalhistas:

São ações judiciais que visam o pagamento de verbas pleiteadas por colaboradores da Instituição – empregados ou não - em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, considerando a situação de cada processo, eventuais decisões judiciais prolatadas, bem como o entendimento do Poder Judiciário local, ou das Instâncias Superiores, quando houver, em relação ao assunto em discussão.

d) Contingências fiscais:

Com relação à BMW Leasing do Brasil S.A, a Sociedade possui processos de natureza tributária em andamento, relativos a discussões de demandas administrativas e judiciais frente a vários municípios, que exigem que o recolhimento do ISS incidente sobre as receitas de operações de leasing, por entenderem que são prestadas naquelas localidades, ao invés do local da sede da prestadora.

Com o advento da Lei Complementar (LC) 157/2016, o tema está em discussão, visto que esta LC versa exatamente o contrário da decisão acima mencionada, ou seja, que a incidência se daria no local de entrega do bem e finalização do contrato. Ainda não há orientação jurídica sobre a influência da referida LC nas ações pendentes, o que poderá – ou não – alterar os próximos contingenciamentos, que serão mantidos em possibilidade de perda remota para exercício, haja vista o entendimento de que o princípio da segurança jurídica impediria que a LC retroagisse a fatos passados.

e) Contingências passivas e obrigações legais:

Os passivos contingentes mencionados nos itens anteriores tratam-se das ações movidas contra a empresa e/ou que possuem algum tipo de pleito contrário à mesma.

Os passivos classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados.

Saldo em 31/12/2020	(449)	(2.894)	(5.652)	(8.995)
(-) Constituições	(481)	(841)	(943)	(2.265)
Reversões	300	-	1.942	2.242
Saldo em 31/12/2021	(630)	(3.735)	(4.653)	(9.018)
Saldo em 31/12/2019	(572)	(409)	(6.042)	(7.023)
(-) Constituições	(443)	(2.485)	(1.589)	(4.517)
Reversões	566	-	1.979	2.545
Saldo em 31/12/2020	(449)	(2.894)	(5.652)	(8.995)

f) Resumo de passivos contingentes, causas classificadas como possíveis:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Qtde Processos	Montante R\$	Qtde Processos	Montante R\$
Cíveis	86	4.474	67	4.096
Trabalhistas	2	258	1	50
Total	88	4.732	68	4.146

As causas classificadas como possíveis referem-se a ações judiciais nas quais ainda não se pode precisar a probabilidade de perda, em razão da fase processual em que se encontram, bem como de divergência jurisprudencial sobre os temas discutidos.

As causas classificadas como remotas referem-se a ações judiciais nas quais a probabilidade de perda é considerada inexistente, de baixa probabilidade, ou onde seja impossível, no momento da avaliação, mensurar o risco, por falta de elementos de fato ou valorativos.

14 Partes relacionadas

As operações das Sociedades são conduzidas levando em consideração a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, sendo estas divulgadas de acordo com o CPC 05 homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.

O controlador da BMW Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é BMW España Finance, S.L.

O controlador indireto da BMW Leasing do Brasil S.A. – AM é a BMW España Finance, S.L. através da BMW Acquisitions Ltda (controlador direto).

a) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	2021	2020	2021	2020
BMW do Brasil Ltda.				
Outros créditos - diversos	240	2.027	-	-
Equalizações a receber	3.581	2.274	33.681	50.839
Depósitos a prazo	-	-	(1.761)	(1.199)
Outras obrigações – diversas	(1.221)	(882)	(2.616)	(4.798)
BMW Manufacturing Indústria de Motos da Amazônia Ltda.				
Outros créditos - diversos	401	916	-	-
Equalizações a receber	565	1.517	11.397	6.767
Depósitos a prazo	(9.243)	(4.043)	(304)	(14)
BMW AG				
Outras obrigações – diversas	-	(454)	(4.016)	(3.191)
BMW Finance N.V.				
Empréstimos em moeda estrangeira	(1.717.655)	(1.635.916)	(114.321)	(501.163)
BMW North America				
Outras obrigações – diversas	-	-	(761)	(579)

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pela direção e controle das atividades da Instituição e é composto pelos membros estatutários.

Salários e honorários da Administração	2º semestre de 2021	2021	2020
Remuneração da administração	1.536	3.249	4.067

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração.

15 Outras informações

a) Resumo da Descrição da Estrutura Integrada de Gerenciamento de Riscos:

Com o objetivo de atender as disposições da Resolução CMN Nº 4.557/17 e suas alterações, o Departamento de Riscos das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto BMW Serviços Financeiros, é o responsável pelo gerenciamento dos riscos da instituição, sendo eles:

- Risco de Crédito;
- Risco Operacional;
- Risco de Mercado e IRRBB (variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária); e
- Risco de Liquidez;
- Risco Cibernético; e
- Risco Socioambiental.

Adicionalmente, o Departamento de Riscos também é responsável pela gestão dos seguintes riscos de segurança cibernética, conforme Resolução CMN nº 4.893/21:

- Risco de Segurança Cibernética.

O Departamento de Riscos junto à instituição adota uma política conservadora em termos de exposição a riscos, emitindo diretrizes e fixando os limites definidos pela Alta Administração, em linha com as normas estabelecidas pelo Grupo BMW, conforme descrito nos materiais disponibilizados no sítio da Instituição.

Em suas atividades, a BMW Serviços Financeiros gerencia os riscos sob o qual está exposta de forma integrada, respeitando o seu Apetite a Risco, visando alcançar os objetivos estratégicos definidos pela mesma, para tal, o Departamento de Riscos possui processos para identificar, mensurar, avaliar, reportar, controlar e mitigar os riscos sob os quais a instituição está sujeita.

b) Risco de crédito

Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Visando realizar uma efetiva gestão e gerenciamento do risco de crédito, a Instituição estabelece provisões de risco de crédito adequadas ao grau de risco. Não obstante, monitora os valores das garantias contratuais e o comportamento da carteira.

c) Risco operacional

Os Riscos Operacionais são definidos como aqueles capazes de causar perdas, financeiras ou não, em função das falhas nas atividades executadas por pessoa, sistemas, inadequação de processos, além daquelas causadas por eventos externos.

Como parte do processo de Gerenciamento de Riscos Operacionais, existe um ciclo de atividades desenvolvidas durante cada exercício, no sentido de rever e identificar novos cenários de Risco Operacional, bem como Planos de Ação para mitigar os mesmos. Também faz parte deste ciclo, o treinamento dos colaboradores da instituição.

d) Risco de Mercado, Liquidez e Variação de Taxas de Juros (IRRBB)

Risco de Mercado: Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, da variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

Risco de Liquidez: Definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – ocasionando em “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

IRRBB: Define-se o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/2017, a BMW Serviços Financeiros definiu uma política de gerenciamento do risco de mercado e liquidez, aprovada pela Diretoria. Não obstante, o controle das exposições de Risco de Mercado/Liquidez, é realizado dentro do comitê de riscos e com a matriz da BMW no exterior.

e) Demais riscos:

Risco Segurança Cibernética: Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.893/2021, a BMW Serviços Financeiros definiu uma Política de Segurança Cibernética e Plano de Ação e Respostas a Incidentes, aprovada pela Diretoria, contemplando dentre outros aspectos, diretrizes que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

Risco Socioambiental: Conforme os princípios da Resolução CMN nº 4.327/2014, a BMW Serviços Financeiros estabelece processos para mitigar a exposição ao risco socioambiental.

f) Patrimônio líquido exigido

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a BMW Serviços Financeiros, encontra-se enquadrada no limite mínimo de patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislações complementares.

O índice da Basileia, apurado de forma consolidada para o Conglomerado Prudencial da BMW Serviços Financeiros, conforme as Resoluções nº. 4.192/13 e 4.193/13, em 31 de dezembro de 2021 é de 21,50% (21,56% em 31 de dezembro de 2020).

Conforme apresentado abaixo:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Patrimônio de Referência (PR)	483.292	449.667
PR Mínimo para RWA	179.860	166.833
Margem para o Limite de Basileia - sem o RBAN	303.432	282.834
IB - Índice da Basileia	21,50%	21,56%
Valor Correspondente ao RBAN	94.760	78.800
Margem para o Limite de Basileia - com o RBAN	208.672	204.034

g) Gestão de Capital

Em cumprimento às disposições da Resolução nº 4.557/2017 e suas alterações, relatamos as informações sobre o gerenciamento de Risco de Capital das empresas BMW Financeira S.A. - CFI e BMW Leasing do Brasil S.A. - Arrendamento Mercantil, denominadas em conjunto “BMW Serviços Financeiros”.

A BMW Serviços Financeiros desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Capital com o apoio de sua área de negócios, visando manter o capital em níveis adequados de acordo com a estratégia adotada em conjunto com a matriz. Para tanto, são utilizadas informações oriundas de metodologias oficiais de planejamento do Grupo BMW, garantindo o processo e a produção das informações de suporte ao gerenciamento de capital.

h) Outros créditos:

	2021	2020
Créditos tributários (nota 12)	35.605	44.875
Impostos a compensar	3.196	3.236
Créditos - Disponibilização bancária	13.580	-
Valores a receber - Partes relacionadas	4.787	6.734
Fiscais e previdenciárias	32.244	31.152
Depósitos judiciais	1.209	1.224
Diversos	1.461	1.386
Total	92.082	88.607
Circulante	54.729	42.053
Longo Prazo	37.353	46.554
Total	92.082	88.607

i) Outras obrigações:

	2021	2020
Fiscais e previdenciárias	(36.291)	(34.301)
Provisões para pagamentos a efetuar	(12.327)	(13.602)
Provisões para passivos contingentes (nota 13 - e)	(9.018)	(8.995)
Provisões folha de pagamento	(1.306)	(1.267)
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(1.202)	-
Imposto diferido (nota 12)	(16.713)	(101)
Sociais e estatutárias	(805)	(376)
Diversas	(2.938)	(10.880)
Total	(80.600)	(69.522)
Circulante	(54.114)	(59.973)
Longo Prazo	(26.486)	(9.549)
Total	(80.600)	(69.522)

j) Rendas por prestação de serviços e tarifas bancárias:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Receita com taxa de cadastro	4.728	8.724	9.777
Receita de prestação de serviços diferenciados	72	159	116
Total	4.800	8.883	9.893

k) Outras despesas administrativas:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Despesa com processamento de dados	(6.341)	(9.910)	(8.473)
Despesa com serviços de terceiros	(2.122)	(4.090)	(4.998)
Despesa com serviços técnicos especializados	(2.416)	(4.068)	(4.029)
Despesas com marketing	(1.224)	(1.722)	(2.772)
Despesa com aluguel	(682)	(1.344)	(1.277)
Despesas com cobrança	(508)	(1.204)	(1.326)
Despesas bancárias	(591)	(1.088)	(866)
Diversos	(797)	(1.459)	(1.662)
Total	(14.681)	(24.885)	(25.403)

l) Despesas tributárias:

	2º semestre de 2021	2021	2020
PIS/COFINS	(1.729)	(4.126)	(3.071)
Impostos sobre importação (serviços)	(1.288)	(1.501)	(1.765)
ISS	(253)	(469)	(514)
Outros tributos	(61)	(77)	(61)
Total	(3.331)	(6.173)	(5.411)

m) Outras receitas operacionais:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Reversão de provisão para contingências	99	140	423
Outras reversões de provisão	381	381	1.669
Receitas de acordos operacionais	1.492	2.438	2.040
Outras receitas operacionais	46	53	11
Total	2.018	3.012	4.143

n) Outras despesas operacionais:

	2º semestre de 2021	2021	2020
Despesas com comissões e premiações	(17.637)	(30.791)	(27.634)
Despesas com provisão para contingências	-	(162)	(2.395)
Despesas com indenizações	(940)	(1.153)	(887)
Outras despesas com provisão	-	(777)	(758)
Despesas com liquidações antecipadas	(7.619)	(13.557)	(10.502)
Despesas com subsidiárias Grupo BMW	(163)	(384)	(1.223)
Outras despesas operacionais	(754)	(1.703)	(1.267)
Total	(27.113)	(48.527)	(44.666)

*

DIRETORIA

Mario Andreas Janssen – Diretor Presidente

Holger Manfred Spiegel – Diretor

**

Thais Andrade Costa
Contadora
CRC 1SP269365/O-8

* * *